ESTADO DO TOCANTINS
Prefeitura Municipal de LAGOA DA CONFUSÃO - TO

PROJETO DE LEI Nº 045 /95 de 21 de SETEMBRO de 1995.

Dispõe sobre o ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PUBLICO DO MUNICIPIO DE LAGOA DA CONFUSÃO - TO, e dá outras providências.

A CAMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSÃO - TO aprova e eu sanciono a seguinte Lei que institui o ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PUBLICO DO MUNICIPIO DE LAGOA DA CONFUSÃO - TO.

TITULO — I

CAPITULO UNICO
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei Institue, nos termos das Constituições Federal e Estadual, a carreira do Magistério Público Municipal do ensino fundamental e médio.

Parágrafo Unico - Entende-se por função de magistério as atribuições de docência, direção, planejamento, supervisão, inspeção, coordenação, orientação e pesquisa na área de ensino.

Art. 2º - O pessoal do magistério, para os fins desta Lei, compreende as categorias de:

I - Pessoal Docente;
II - Pessoal especialista.

Parágrafo Unico - A competência do pessoal do magistério decorre de disposições próprias das legislações Federal, Estadual e deste Município.

Art. 3º - A remuneração dos ocupantes de cargos do magistério será fixada em função da maior qualificação alcançada em cursos ou estágios de formação, aperfeiçoamento, atualização e especialização independente do grau de ensino em que atuem.

Art. 4º - é vedado atribuir ao profissional do magistério funções diversas das inerentes ao seu cargo, ressalvando-se a participação em comissões ou grupos destinados à elaboração de programas ou projetos de interesse do ensino.

Art. 5º - é livre a organização da categoria.

Art. 6º - As funções do magistério são de natureza exclusiva na Secretaria Municipal de Educação.

TITULO — II

DO MAGISTÉRIO

CAPITULO - I
DOS CONCEITOS BASICOS

Art. 7º - Para efeito desta Lei, entende-se

Câmara Municipal
Lagoa da Confusão
APROVADO
EM 03 / 11 / 95.
6x0 3ª. VOTAÇÃO
Ass. Recepção

Câmara Municipal
Lagoa da Confusão
APROVADO
EM 1ª. / 11 / 95.
6x0 2ª. votação VOTAÇÃO
Ass. Recepção

Câmara Municipal
Lagoa da Confusão
PROTOCOLADO
24/10/95 10:00 Horas
Protocolação
ASS. RECEPÇÃO

Câmara Municipal
Lagoa da Confusão
RECEBIDO
EM 24 / 10 / 95.
ASS. RECEPÇÃO

Câmara Municipal
Lagoa da Confusão
APROVADO
EM 31 / 10 / 95.
7x0 1ª votação VOTAÇÃO
Ass. Recepção

I - CARREIRA - o conjunto de atribuições e responsabilidades, vencimentos e vantagens cometidos a seus integrantes;

II - CARGO PUBLICO - o cargo de professor e de professor especialista de educação, com número certo, jornada de trabalho, vencimento e remuneração pagos pelos cofres públicos;

III - QUADRO DO MAGISTÉRIO - a carreira, os cargos de provimentos e as funções comissionadas;

IV - NIVEL - a divisão básica da carreira correlacionada à escolaridade, formação, capacitação e especialização, indispensáveis ao desempenho das atividades que são inerentes aos profissionais do magistério;

V - CLASSE - a divisão interna de cada nível, hierarquizado em graus de complexidade e responsabilidade de atribuição;

VI - REFERENCIA - a posição horizontal do servidor na escala de vencimento.

CAPITULO - II
DO CAMPO DE ATUAÇÃO

Art. 8º - O ocupante do cargo de professor do Quadro Permanente atuará:

I - PROFESSOR I- no ensino fundamental, da pré-escola até à 4ª (quarta) série e na educação especial;

II - PROFESSOR II- no ensino fundamental;

III - PROFESSOR III, PROFESSOR IV, PROFESSOR V e PROFESSOR VI - no ensino fundamental, médio e educação especial.

Art. 9º - O ocupante do cargo de professor transitório atuará:

I- PROFESSOR-ASSISTENTE, PA-A e PA-B, no ensino fundamental, de 1ª (primeira) à 4ª (quarta) série;

II- PROFESSOR-ASSISTENTE, PA-C, no ensino fundamental;

III- PROFESSOR-ASSISTENTE, PA-D, no ensino fundamental médio.

Art. 10 - O ocupante de cargo de professor especialista de educação atuará, conforme sua respectiva especialidade, em todo o ensino fundamental e médio, na pré-escola e na educação especial.

CAPITULO - III
DO QUADRO DO MAGISTéRIO

Art. 11 - O Quadro do Magistério é constituído pelo:

I - QUADRO PERMANENTE - QPM

II - QUADRO TRANSITORIO - QTM

Parágrafo 1º - O Quadro Permanente-QPM, reúne os cargos de professor e de professor especialista de educação.

Parágrafo 2º - O Quadro Transitório-QTM, reúne os cargos cujos titulares não possuem habilitação específica para o exercício da função docente, e que serão extintos na medida em que vagarem.

Art. 12 - O grau de habilitação mínimo exigido ara o provimento dos cargos de professor e de professor especialista de educação são os seguintes:

I - Para professor:

a) Nível I (P-I), habilitação específica de 2º (segundo) grau;

b) Nível II (P-II), habilitação específica de grau superior de curta duração;

c) Nível III (P-III), habilitação específica de grau superior, correspondente à licenciatura plena;

d) Nível IV (P-IV), habilitação específica mais pós-graduação lato sensu;

e) Nível V (P-V), habilitação específica mais mestrado;

f) Nível VI (P-VI), habilitação específica mais doutorado;

II - Para especialista em educação:

a) Nível I (PE-I), habilitação específica de grau superior, de curta duração;

b) Nível II (PE-II), habilitação específica de grau superior, com duração plena;

c) Nível III (PE-III), habilitação específica de pós-graduação, lato sensu;

d) Nível IV (PE-IV), habilitação específica obtida em curso de mestrado;

e) Nível V (PE-V), habilitação específica obtida em curso de doutorado.

Art. 13 - Não há distinção, para efeitos didáticos, técnicos e de vencimento, entre os cargos de professor e de professor especialista de educação.

Art. 14 - Observado o disposto no Artigo 11, Parágrafo 2º o Quadro Transitório - QTM compreende um agrupamento de professores distribuídos por níveis, de acordo com o grau de habilitação, assim estruturado:

I- Professor-Assistente Nível A (PA-A), para os que possuem escolaridade de 1º (primeiro) grau incompleta.

II- Professor-Assistente Nível B (PA-B), para os que possuem escolaridade de 1º (primeiro) grau completa;

III- Professor-Assistente Nível C (PA-C), para os que possuem escolaridade de 2º (segundo) grau completa em área não específica da educação;

IV- Professor-Assistente Nível D (PA-D), para os que possuem escolaridade de 3º (terceiro) grau completo em área não específica da educação.

CAPITULO - IV
DO INGRESSO NO MAGISTÉRIO PÚBLICO

Art. 15 - O ingresso no Quadro Permanente do Magistério Público dependerá, sempre, de concurso público de provas, ou de provas e títulos, exceto o previsto no Artigo 150 deste Estatuto.

Art. 16 - O prazo máximo de validade do concurso público será de dois anos, a contar da data de sua homologação, prorrogáveis por mais dois anos a critério da administração.

Art. 17 - O concurso público de que trata o Artigo 15 desta Lei, será realizado pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo 1º - A Secretaria Municipal de Educação, deverá realizar, a cada dois anos, ou sempre que existir 10% (dez por cento) dos cargos vagos, concurso público no âmbito do Município

Parágrafo 2º - O resultado do concurso será homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, que determinará a publicação, no Orgão Oficial do Município, e na falta deste, no Orgão Oficial do Estado da Relação, em ordem de classificação, dos candidatos aprovados, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

CAPITULO - V
DO PROVIMENTO

Art. 18 - São formas de provimento dos cargos de professor e de professor especialista de educação a nomeação, a ascensão funcional, a readaptação, a reitegração, a reversão e a transferência.

SEÇÃO - I
DA NOMEAÇÃO

Art. 19 - A nomeação nos cargos de professor e de professor especialista de educação far-se-à:

I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de carreira;

II - em comissão, para os cargos que, em virtude da Lei, sejam de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, após satisfeitos os requisitos legais e regulamentares.

Parágrafo 1º - A nomeação para cargo de provimento efetivo dependerá de prévia habilitação em concurso público, obedecida a ordem rigorosa da classificação dos candidatos.

Parágrafo 2º - Os cargos de provimento em comissão e as funções comissionadas serão exercidos, preferencialmente, por ocupantes de cargos das carreiras do magistério.

Art. 20 - Para a nomeação exigir-se, além dos requisitos gerais, a formação profissional mínima, correspondente a cada cargo, na forma prevista no Artigo 12 desta Lei.

SEÇÃO - II
DA ASCENSÃO FUNCIONAL

Art. 21 - A ascensão funcional é a passagem do profissional do magistério do nível em que se encontra para o superior, observada a correspondente habilitação, na forma prevista no Artigo 12 desta Lei.

Art. 22 - A ascensão funcional dependerá de requerimento do interessado, devidamente instruído com o comprovante da nova habilitação.

Parágrafo Unico - Para se beneficiar da ascensão, o profissional do magistério deverá ter pelo menos dois anos de efetivo exercício no respectivo nível.

Art. 23 - Não se concederá ascensão funcional ao profissional do magistério quando:

I - em exercício fora do âmbito da educação;

II - cumprindo estágio comprobatório;

III - em licença para tratar de interesse particular.

SEÇÃO - III
DA READAPTAÇÃO

Art. 24 - A readaptação é a investidura do professor ou do professor especialista de educação em cargo de atribuições e responsabilidade compatíveis com a habilitação e com a capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

Parágrafo 1º - Se julgado incapazes para o serviço público, o readaptado será aposentado.

Parágrafo 2º - Em casos especiais a readaptação poderá se efetivar em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação legal exigida.

Parágrafo 3º - Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar aumento ou redução da remuneração do profissional do magistério.

SEÇÃO - IV
DA REITEGRAÇÃO

Art. 25 - Reitegração é a investidura do professor ou professor especialista de educação no cargo em haja sido demitido, com ressarcimento de vencimentos e vantagens a ele inerente, por decisão administrativa ou judicial.

Parágrafo Unico - Com a reitegração do professor ou do professor especialista de educação o eventual ocupante da vaga, se estável, retornará ao cargo de origem, sem direito a indenização ou aproveitado em outro cargo.

SEÇAO - V
DA REVERSAO

Art. 26 - Reversão é o retorno à atividade do professor ou professor especialista de educação aposentado por invalidez, quando insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

Art. 27 - A Reversão far-se-á no mesmo cargo ou para o resultante de transformação deste.

Parágrafo Unico - Encontrando-se provido o cargo, o professor ou professor especialista de educação exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 28 - Não poderá reverter, o aposentado que contar tempo de serviço para aposentadoria voluntária, aí considerado o tempo de permanência na inatividade.

SEçAO - VI
DA TRANSFERENCIA

Art. 29 - Transferência é a passagem, a pedido, de cargo de professor para outro de professor especialista de educação, ou vice-versa.

Parágrafo Unico - A transferência de que trata o artigo dependerá da habilitação profissional exigida para o provimento do cargo, da existência de vaga e da conveniência da administração.

Art. 30 - Não tem direito a transferência o professor ou professor especialista de educação que esteja:

a) em gozo de licença não remunerada;

b) afastado das funções de magistério.

CAPITULO - VI
DA VACANCIA

Art. 31 - A vacância do Quadro Permanente do Magistério - QPM decorrerá de:

I - exoneração;

II - aposentadoria;

III - ascensão funcional;

IV - transferência;

V - readaptação;

VI - demissão;

VII - posse em outro cargo;

VIII- falecimento.

Art. 32 - A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do professor ou professor especialista de educação, ou de ofício.

Parágrafo Unico - A exoneração de ofício dar-se-á:

I - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II - quando, tendo tomado posse, o professor ou professor especialista de educação não entrar em exercício no prazo estabelecido;

III - quando decorrente de decisão proferida em procedimento administrativo ou judicial;

Art. 33 - A exoneração de cargo em comissão ou função comissionada dar-se-á:

I - a juizo da autoridade competente;

II - a pedido do próprio professor ou professor especialista de educação.

Parágrafo Unico - O afastamento do professor ou professor especialista de educação de cargo ou função de direção, chefia e assessoramento dar-se-á:

I - a pedido;

II - mediante dispensa, nos casos de:

a) promoção;

b) cumprimento de prazo exigido para rotatividade no cargo ou função comissionada;

c) por falta de exação ou desídia no exercício de suas atribuições, segundo apurado em procedimento administrativo de avaliação, conforme estabelecido em Lei.

CAPITULO - VII
DA POSSE

Art. 34 - A posse do professor ou professor especialista de educação é a aceitação formal das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo.

Parágrafo 1º - A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 (trinta) dias a requerimento do interessado.

Parágrafo 2º - A posse poderá dar-se mediante procuração específica dos residentes fora do Município, ou no caso de incapacidade temporária não superior a 30 (trinta) dias, a juizo da autoridade competente. Se em licença ou em qualquer outro afastamento legal, o prazo será contado do término do impedimento.

Parágrafo 3º - A posse é formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

Parágrafo 4º - Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

Parágrafo 5º - No ato da posse o profissional do magistério apresentará , obrigatoriamente, declaração expressa de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração de acumulação ou não de cargos públicos.

Parágrafo 6º - Tornar-se-á sem efeito o ato de provimento quando o profissional do magistério acumular funções, cargos ou empregos inacumuláveis, nos termos das Constituições Federal e Estadual.

Parágrafo 7º - A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo 8º - Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente, ressalvado o profissional do magistério deficiente.

CAPITULO - VIII
DO EXERCICIO

Art. 35 - Exercício é o efetivo desempenho pelo professor ou professor especialista de educação, em atividades específicas de magistério, cumpridas exclusivamente em unidade da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 36 - O tempo de exercício do cargo de professor ou professor especialista de educação não é interrompido por ascensão funcional a readaptação, reitegração ou transferência, que contado no novo posicionamento na carreira.

Art. 37 - O profissional do magistério terá exercício no setor onde houver vaga na lotação.

Parágrafo Único - Entende-se por lotação o número de cargos de professor e de professor especialista de educação, que devem ter exercício nos órgãos da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 38 - Consideram-se como de efetivo exercício, além dos dias feriados, de ponto facultativo, o afastamento motivado por:

I - férias;

II - licença para tratamento de saúde, até 02 (dois) anos;

III - licença por motivo de doença em pessoa da família, até seis meses;

IV - licença à gestante ou adotante;

V - licença por motivo de paternidade;

VI - licença para serviço militar obrigatório;

VII - licença para disputar eleição;

VIII - licença-prêmio;

IX - licença para mandato classista;

X - licença por motivo de casamento, por até 08 (oito) dias;

XI - licença pelo falecimento do cônjuge ou companheiro, filho ou enteado, pai ou padrasto, mãe ou madrasta ou irmão, até 08 (oito) dias consecutivos;

XII - licença para qualificação profissional;

XIII - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

XIV - investidura de cargo em comissão ou função comissionada, nos órgãos da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 39 - Será demitido por abandono de cargo o profissional do magistério que se ausentar, intencionalmente de suas atividades por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, ou de 45 (quarenta e cinco) dias alternados, no mesmo ano civil, salvo nos casos previstos neste Estatuto.

Parágrafo Único - A demissão será precedida de processo regular, tendo o profissional do magistério assegurado o direito a ampla defesa.

CAPITULO - IX
DA REMOÇÃO

Art. 40 - A remoção do professor ou do professor especialista de educação, de um para outro local de trabalho, far-se-á:

I - para outra localidade, por motivo de saúde, uma vez que fiquem comprovadas, por junta médica, as razões apresentadas pelo requerente;

II - por permuta com outro professor ou professor especialista de educação, através de pedido de ambos os interessados;

III - por motivo de transferência do cônjuge ou companheiro, no âmbito do Município;

IV - por motivo de mudança de residência, de uma para outra localidade, observada a existência de vaga e o interesse da administração;

V - de uma para outra repartição na mesma Secretaria, para atender a superior interesse do ensino, existindo vaga;

Parágrafo 1º - A remoção de que trata o artigo dar-se-á somente no período de férias ou recesso escolares, exceto a prevista no item I.

Parágrafo 2º - O professor e o professor especialista de educação, não poderá servir fora dos Orgãos da Secretaria Municipal de Educação , salvo para exercer cargo ou função comissionadas e com ônus para o requisitante.

TITULO - III

DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPITULO - I
DOS DIREITOS

Art. 41 - São direitos do profissional do Magistério Público Municipal:

I - receber remuneração de acordo com a classe, nível de habilitação, tempo de serviço e jornada de trabalho, conforme o estabelecido nesta Lei;

II - dispor, no ambiente de trabalho , de instalações e material didático suficientes e adequados para exercer com eficiência suas funções;

III - ter assegurada assistência técnica e financeira para frequentar cursos de formação, atualização e especialização profissional;

IV - ter liberdade de escolha e de utilização de materiais, procedimentos didáticos e instrumentos de avaliação da pessoa humana e à construção da cidadania;

V - receber, através dos serviços especializados de educação, assistência ao exercício profissional;

VI - reunir-se, na unidade escolar para tratar de assuntos de interesse da categoria e da educação sem prejuízo das atividades escolares;

VII - receber auxílio para publicação de trabalhos e livros didáticos ou técnicos-científicos considerados de interesse da educação;

VIII - participar de estudos e deliberações referentes ao processo educacional;

IX - participar do processo de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares;

X - usufruir das demais vantagens previstas nesta Lei.

CAPITULO - II
DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 42 - Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo de professor e de professor especialista de educação com valor fixado desta Lei.

Parágrafo 1º - Nenhum professor ou professor especialista de educação receberá a título de vencimento importância inferior ao Piso Nacional de Salário (PNS).

Parágrafo 2º - Nenhum profissional de educação poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie a qualquer título, pelo Secretário Municipal de Educação.

Parágrafo 3º - Os vencimentos do professor e do professor especialista de educação correspondentes à 40 (quarenta) horas semanais, são fixadas no anexo I desta Lei.

Art. 43 - O profissional do magistério poderá optar pelo vencimento ou remuneração de seu cargo efetivo, com direito da gratificação de representação, quando designado para cargo em comissão ou função comissionada em Orgão da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 44 - Cada cargo de professor e de professor especialista de educação, compreende, entre classe A a J, 30 (trinta) referências, possibilitando avanços horizontais tais na carreira.

Parágrafo Único - A cada ano terá o profissional do magistério direito a 1 (uma) referência, correspondente a 1% (um por cento) de seu vencimento básico, até o limite de 30 (trinta) referência.

CAPITULO - III
DAS VANTAGENS PECUNIARIAS

SEÇÃO - I

DA GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 45 - Ao profissional do magistério será concedida uma gratificação adicional de 1% (um por cento), calculada sobre o vencimento, a cada ano de efetivo exercício.

Parágrafo 1º - A gratificação é devida a partir do dia em que o profissional do magistério completar o anuênio.

Parágrafo 2º - A gratificação adicional será sempre atualizada, automaticamente, acompanhando as modificações do vencimento do profissional do magistério.

Parágrafo 3º - No caso de acumulação de cargos, as gratificações adicionais incidirá sobre o vencimento de cada cargo.

SEÇÃO - II
DA GRATIFICAÇÃO POR TITULARIDADE

Art. 46 - Será concedida uma gratificação mensal, em razão do aprimoramento da qualificação do professor e do professor especialista de educação, portadores de cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização na área de educação.

Parágrafo 1º - A gratificação de titularidade, prevista no artigo, será calculada sobre o vencimento, à razão de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento), correspondente à duração dos cursos, que devem somar um total de 180 (cento e oitenta), 360 (trezentos e sessenta) e 720 (setecentos e vinte) horas respectivamente.

Parágrafo 2º - Os totais de horas de que trata o parágrafo anterior poderão ser alcançados em único curso ou pela soma de dois ou mais, obedecido o limite mínimo de 40 (quarenta) horas para cada um, e nos quais o Servidor haja obtido freqüência e avaliação igual ou superior a 80% (oitenta por cento).

Parágrafo 3º - Os percentuais expressos neste artigo são cumulativos, entendendo-se que o maior sempre exclui o menor.

Parágrafo 4º - Para fins de concessão da gratificação de que trata este artigo só serão aceitos cursos promovidos ou autorizados:

I - pela Secretaria Municipal de Educação;

II - por Orgãos de educação estadual;

III - por Orgãos de educação nacional, oficiais ou reconhecidas;

IV - por Orgãos de educação internacional;

V - pelos Conselhos Estadual e/ou Federal da Educação.

Parágrafo 5º - Para concessão da gratificação por titularidade não serão aceitos certificados que já tenham sido usados pelo profissional do magistério para ascensão funcional.

Parágrafo 6º - A gratificação, uma vez deferida, vigorará a partir da data da apresentação do requerimento.

SEÇÃO - III

DO ADICIONAL PELO EXERCICIO DE ATIVIDADE EM LOCALIDADE DE DIFICIL ACESSO

Art. 47 - Será concedido ao profissional do magistério adicional de 20% (vinte por cento), pelo exercicio de atividades em localidade de difícil acesso.

Parágrafo 1º - Para fins de percepção do adicional de que trata o artigo, a Secretaria Municipal de Educação publicará, até 30 (trinta) dias do início do ano letivo, a relação das escolas situadas nessas localidades.

Parágrafo 2º - A percepção da vantagem prevista neste artigo cessa na data em que a localidade não seja mais considerada de difícil acesso.

SEÇÃO - IV

DA GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS

Art. 48 - Ao profissional do magistério poderá ser atribuídos os seguintes incentivos:

I - por serviço especial;

II - por serviço extraordinário.

Parágrafo 1º - Para efeitos deste artigo, consideram-se serviços especiais:

I - a realização de pesquisas, a publicação de livros ou trabalhos considerados de real valor à elevação da qualidade do ensino, cultura e desporto;

II - a participação em comissão ou em grupos de trabalho responsáveis pela elaboração de programas ou projetos que venham aprimorar o ensino ou a educação;

III - a participação, como membro efetivo ou colaborador, em Orgãos de caráter educacional ou cultural, oficiais ou reconhecidos, que tenham por finalidade o estudo e a divulgação de assuntos considerados importantes para o processo educacional.

Parágrafo 2º - Os incentivos por serviços especiais de que trata os itens I, II e III, deverão ser apurados por critérios objetivos, através de uma comissão da Secretaria Municipal de Educação, composta de 06 (seis) membros, dos quais 02 (dois) indicados pelo Sindicato da categoria, 02 (dois) pelo Conselho Estadual de Educação, 02 (dois) pelo Secretário Municipal de Educação e presidida por um de seus membros.

Parágrafo 3º - O prazo de duração e o valor do incentivo de trabalhos selecionados serão concedidos de acordo com os critérios estabelecidos pela comissão e autorizados pelo Secretário Municipal de Educação.

Art. 49 - São considerados serviços extraordinários, os trabalhos elaborados fora do período considerado normal de atividades do profissional do magistério, autorizado, previamente, pelo Secretário Municipal de Educação, que lhe definirá a natureza e a duração.

Parágrafo 1º - O incentivo de serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinqüenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

Parágrafo 2º - Tratando-se de serviço noturno, o valor da hora será acrescida de 25% (vinte e cinco por cento).

SEÇÃO - V
DA GRATIFICAÇÃO PELO EXERCICIO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO COMISSIONADA

Art. 50 - Sem prejuízo do vencimento do cargo efetivo e ao adicional por tempo de serviço, ao profissional do magistério, investido em cargo em comissão ou função comissionada, é devida uma gratificação pelo seu desempenho.

Parágrafo 1º - Os valores da gratificação serão estabelecidos em ordem decrescente, a partir do cargo em comissão ou de função comissionada mais elevado, de acordo com o seu posicionamento na estrutura hierárquica do órgão ou entidade, na forma prevista em lei e regulamentos.

Parágrafo 2º - A gratificação prevista neste artigo incorpora-se ao salário do profissional do magistério estável na proporção de um quinto do seu valor por ano de exercício de cargo em comissão ou função comissionada, até o limite de cinco quintos, nos termos da regulamentação.

Art. 51 - é facultado ao profissional do magistério, investido em cargo em comissão ou função comissionada optar pela remuneração de maior valor entre os cargos de carreira, por esse ocupado, e em comissão, cujo exercício se encontra.

SEÇÃO - VI
DAS DIARIAS E DA AJUDA DE CUSTO

Art. 52 - O profissional do magistério que a serviço, se afastar da sede em caráter eventual e transitório, fará jus a passagens e diárias para cobrir despesas de pousada e alimentação, bem como indenização para locomoção urbana.

Parágrafo 1º - A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede.

Parágrafo 2º - Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o profissional do magistério não fará jus a diárias.

Parágrafo 3º - O profissional do magistério que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restitui-las, integralmente, no prazo de 05 (cinco) dias.

Parágrafo 4º - Na hipótese do profissional do magistério retornar à sede em prazo menor do que o autorizado para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no parágrafo anterior.

Art. 53 - A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do profissional do magistério que, no interesse do serviço, passa a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio, em caráter permanente.

Parágrafo 1º - Corre por conta da administração as despesas com transporte do profissional do magistério e de sua família, bem como de um empregado doméstico, compreendendo passagens, transporte de bagagens, mobiliário e habitação pelo período de 12 (doze) meses.

Parágrafo 2º - A família do profissional do magistério que falecer em nova sede são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem.

Parágrafo 3º - A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do profissional do magistério, não podendo exceder a importância correspondentes a 02 (dois) meses.

Parágrafo 4º - Não será concedida ajuda de custo ao profissional do magistério que se afastar do cargo, ou reassumí-lo, em virtude de mandato eletivo.

Parágrafo 5º - O profissional do magistério ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando:

I - injustamente não se apresentar na nova sede no prazo de 30 (trinta) dias;

II - retornar à origem ou pedir exoneração antes de completar 180 (cento e oitenta dias) dias de exercício na nova sede.

Parágrafo 6º - Não haverá obrigação de restituir a ajuda de custo nos casos de exoneração de ofício, ou de retorno por motivo de doença comprovada.

SEÇÃO - VII
DO DéCIMO TERCEIRO SALARIO

Art. 54 - O décimo terceiro salário corresponderá a um doze avos da remuneração que o profissional do magistério fizer jus nos meses de **junho** e **dezembro**, por mês de efetivo exercício do ano em curso.

Parágrafo 1º - A fração igual ou superior a quinze dias será considerada como mês integral;

Parágrafo 2º - O décimo terceiro salário será pago em 02 (duas) parcelas de 50% (cinqüenta por cento) cada uma, até o dia 15 dos meses de julho e dezembro respectivamente;

Parágrafo 3º - O profissional do magistério exonerado ou demitido perceberá seu décimo terceiro salário, proporcionalmente aos meses que trabalhou, calculando-se o benefício sobre a remuneração do último mês de trabalho;

Parágrafo 4º - O décimo terceiro salário é devido ao profissional do magistério inativo e pensionista e será pago na mesma data e proporção aos previstos para os profissionais em atividade;

Parágrafo 5º - O décimo terceiro salário não será considerado para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

CAPITULO - IV
DOS AUXILIOS PECUNIARIOS

SEÇÃO - I
DO SALARIO FAMILIA

Art. 55 - O salário-família nos termo da Constituição Federal, é devido ao profissional do magistério ativo, inativo ou em disponibilidade, por dependente econômico.

Parágrafo Único - Consideram-se dependentes , para efeito de percepção do salário-família:

I - cônjuge ou companheiro, que não perceba nenhum rendimento;

II - o filho de qualquer condição, até 21 (vinte e um) anos de idade, se estudante até 24 (vinte e quatro) anos de idade, e se inválido, de qualquer idade;

III - o menor de 21 (vinte e um) anos que, mediante autorização judicial, viver sob sua guarda e responsabilidade;

IV - a mãe ou madastra, bem como o pai ou padastro sem rendimento.

Art. 56 - Não se configura a dependência econômica quando o beneficiário do salário-família perceber rendimento do trabalho ou de qualquer outra fonte, em valor igual ou superior ao Piso Nacional de Salários - PNS.

Art. 57 - Quando pai e mãe forem profissionais do magistério o salário-família será pago a um dele.

Parágrafo Único - Ao pai e a mãe equiparam-se padastro e madastra ou representantes legais.

Art. 58 - O salário-família não será sujeito a qualquer tributo, nem servirá de base para contribuição, inclusive para a Previdência Social.

Art. 59 - O ato da concessão terá por base as declarações do profissional do magistério, que responderá judicialmente se prestar informações falsas.

Art. 60 - O profissional do magistério fica sujeito à pena disciplinar sempre que deixar de comunicar, em tempo hábil, a supressão de dependente econômico para fins de salário-família.

SEçAO - II
DO AUXILIO FUNERARIO

Art 61 - O auxílio funeral é devido à família do profissional do magistério ativo, inativo ou em disponibilidade, falecido correspondente a 01 (um mês) de remuneração.

Parágrafo 1º - No caso de acumulação o auxílio será pago a razão da maior remuneração do profissional do magistério falecido.

Parágrafo 2º - O auxílio será devido ao profissional do magistério, também, por morte do cônjuge, companheiro ou filho menor ou inválido.

Parágrafo 3º - O auxílio será pago mediante folha especial, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após a comunicação formal do falecimento, à pessoa da família que tiver custeado o funeral.

Parágrafo 4º - Se o funeral for custeado por pessoa estranha à família do profissional do magistério, este será indenizado, segundo o disposto no parágrafo anterior, e mediante a apresentação de comprovante das despesas realizadas com o sepultamento.

Parágrafo 5º - Em caso de falecimento do profissional do magistério, fora do local de trabalho, e à serviço, as despesas de transporte do corpo correrão à conta de recursos do Município.

SEÇÃO - III
DO AUXILIO NATALIDADE

Art. 62 - O auxílio natalidade é devido ao profissional do magistério, por motivo de nascimento de filho, em quantia correspondente ao vencimento da classe "A", referência 1, do nível básico da Carreira do Magistério, inclusive no caso de nati-morto.

Parágrafo Único - No caso de parto múltiplo, o auxílio sofrerá um acréscimo de 50% (cinqüenta por cento).

CAPITULO - V
DAS FÉRIAS

Art. 63 - O profissional do magistério gozará 30 (trinta) dias, consecutivos de férias..

Parágrafo 1º - Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos doze meses de efetivo exercício;

Parágrafo 2º - O profissional do magistério com exercício em unidade escolar gozará as férias no mês de julho;

Parágrafo 3º - É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço;

Parágrafo 4º - Independente de solicitação, o profissional do magistério, em gozo de férias, terá sua remuneração acrescida de um terço;

Parágrafo 5º - O profissional do magistério, em regime de acumulação lícita, perceberá o adicional de férias calculado sobre a remuneração dos dois cargos.

CAPITULO - V
DAS LICENÇAS

SEçÃO - I
DAS DISPOSIçÕES GERAIS

Art. 64 - O profissional do magistério será licenciado:

I - para tratamento de saúde;

II - por motivo de doença em pessoa da família;

III - por motivo de gestação ou adoção;

IV - por motivo de paternidade;

V - para serviço militar;

VI - para disputar eleição;

VII - a título de prêmio;

VIII - para desempenho de mandato classista;

IX - para tratar de interesse particular;

X - para qualificação profissional;

XI - para acompanhar cônjuge ou companheiro.

Parágrafo 1º - O profissional do magistério aguardar em exercício a concessão de licença, salvo doença comprovada por exame médico ou Junta Médica Oficial do Município, hipótese em que o tempo de concessão será contado a partir do impedimento;

Parágrafo 2º - AS licenças previstas nos incisos I e III dependerão de inspeção médica.

SEçÃO - II
DA LICENçA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 65 - A licença parta tratamento de saúde será concedida, a pedido do profissional do magistério, ou de seu representante, ou ex-ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus..

Parágrafo 1º - Para licença superior a 03 (três) dias, a inspeção será feita por Junta Médica Oficial.

Parágrafo 2º - Em qualquer caso, será indispensável a inspeção médica, que deverá ser realizada onde o profissional do magistério se encontrar, se necessário.

Parágrafo 3º - Inexistindo médico oficial no local onde o profissional do magistério se encontrar, aceitar-se-á atestado passado por médico particular, sendo que o atestado só produzirá efeito após homologação da Junta Médica Oficial.

Art. 66 - Terminada a licença, o profissional do magistério retornará imediatamente ao exercício do cargo, salvo se submetido a nova inspeção que conclua pela prorrogação da licença.

Art. 67 - Esgotado o período de 24 (vinte e quatro) meses de licença para tratamento de saúde, se o profissional do magistério submeter-se-á a nova inspeção médica. Se a inspeção o julgar incapaz para exercer o Serviço Público será aposentado.

Art. 68 - No caso de licencia ex-ofício, para tratamento de saúde, se o profissional do magistério não se submeter ao exame médico determinado será suspenso seus vencimentos até cumprir a exigência.

Art. 69 - O profissional do magistério terá direito a licença para tratamento de saúde, quando sofrer acidente ou agressões físicas não provocadas, no exercício de suas atribuições, desde que comprovadas em procedimento administrativo regular, em regime de urgência.

SEÇÃO - III
DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA

Art. 70 - Será concedida licença ao profissional do magistério em razão de doença de padastro ou madastra, ascendente, descendente ou enteado, cônjuge ou companheiro, colateral consangüíneo ou afim, até o segundo grau civil, desde que prove ser indispensável sua assistência pessoal e permanente e que esta seja compatível com o exercício regular do cargo.

Parágrafo 1º - A licença somente será deferida se comprovada a doença mediante a inspeção médica.

Parágrafo 2º - A licença de que trata este artigo será concedia, sem prejuízo na remuneração, até três meses, prorrogável por mais três meses, mediante parecer da Junta Médica Oficial, e sem nenhuma remuneração excedendo esses prazos.

SEçÃO - IV
DA LICENçA A GESTANTE OU ADOTANTE

Art. 71 - A profissional do magistério gestante, será concedida licença por 120 (cento e vinte dias) dias consecutivos, após inspeção médica, com remuneração do cargo.

Parágrafo 1º - A licença poderá ser concedida apartir do oitavo mês de gestação, salvo prescrição médica em contrário.

Parágrafo 2º - No caso de nascimento prematuro a licença terá início a partir do dia imediato do parto.

Parágrafo 3º - No caso do nati-morto, decorridos trinta dias do evento, a profissional do magistério, será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o seu cargo.

Parágrafo 4º - Em caso de abortamento, atestado por médico oficial, a profissional do magistério terá direito a trinta dias de repouso remunerado.

Art. 72 - Para amamentar o próprio filho até a idade de seis meses, a profissional do magistério, lactante terá direito a intervalo de trinta minutos, a cada três horas initerruptas de trabalho.

Art. 73 - Em caso de adoção de criança, de zero a quatro meses, a profissional do magistério adotante, terá direito a sessenta dias de licença.

SEÇÃO - V
DA LICENÇA PATERNIDADE

Art. 74 - Será concedida, mediante comprovação, licença-paternidade por oito dias, com a remuneração do cargo, ao profissional do magistério que se tornar pai ou adotar uma criança de zero a quatro meses.

SEÇÃO - VI
DA LICENÇA PARA
SERVIÇO MILITAR OBRIGATORIO

Art. 75 - O profissional do magistério, convocado para serviço militar obrigatório, ou outros encargos de segurança estadual ou nacional, terá direito a licença, na forma e condições previstas na legislação específica.

Parágrafo 1º - A licença será concedida à vista de documento oficial que comprove a incorporação.

Parágrafo 2º - Concluído o serviço militar, o profissional do magistério terá até trinta dias para reassumir o exercício.

SEÇÃO - VII
DA LICENÇA PARA DISPUTAR ELEIÇÃO

Art. 76 - O profissional do magistério terá direito a licença sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha, em convenção partidária, para disputar cargo eletivo e a data do registro de sua candidatura pela Justiça Eleitoral.

Parágrafo Único - A partir do registro de sua candidatura até o décimo quinto dia seguinte ao da eleição, o profissional do magistério fará jaz à licença remunerada, como se em atividade estivesse.

SEÇÃO - VIII
DA LICENÇA-PREMIO POR ASSIDUIDADE

Art. 77 - Será concedida ao profissional do magistério licença-prêmio de três meses, a cada quinquênio de initerrupto serviço público municipal, com remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo 1º - O profissional do magistério, lotado em unidade escolar, deverá requerer a licença de que tratar este artigo, com antecedência de sessenta dias.

Parágrafo 2º - o número de pessoas em gozo, simultâneo, de licença-prêmio não poderá ser superior a um terço da lotação da respectiva unidade.

Art. 78 - Não terá direito a licença-prêmio o profissional do magistério que no período aquisitivo:

I - afastar-se para acompanhar cônjuge ou companheira;

II - sofrer pena privativa da liberdade por sentença definitiva;

III - sofrer pena disciplinar de suspensão, por decisão de que não caiba recurso;

IV - afastar-se do cargo em virtude de:

a) licença para tratamento da própria saúde ou de pessoa da família, por tempo superior a noventa dias, consecutivo ou não;

b) licença para tratar de interesse particular.

Art. 79 - As faltas injustificadas ao serviço retardará a concessão de licença prevista no artigo 80, na proporção de 1 (um) mês para cada falta.

Art. 80 - Para efeito de aposentadoria será contado em dobro o tempo de licença-prêmio que o profissional do magistério não houver gozado..

SEÇÃO - IX

DAS LICENÇAS PARA O DESEMPENHO DO MANDATO CLASSISTA

Art. 81 - É assegurado ao profissional do magistério a licença para o desempenho de mandato em sindicato representativo da categoria, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo 1º - Somente poderão ser licenciados profissionais do magistério eleitos para cargo de direção ou representação nas referidas entidades.

Parágrafo 2º - A licença terá duração igual ao mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição..

SEÇÃO - X

DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR

Art. 82 - Depois de dois anos de efetivo exercício, poderá o profissional do magistério obter licença, sem remuneração, para tratar de interesse particular.

Parágrafo 1º - O profissional do magistério aguardará em atividade autorização do órgão da Secretaria Municipal de Educação, para entrar em gozo da licença prevista neste artigo.

Parágrafo 2º - A licença não poderá exceder a dois anos.

Parágrafo 3º - Não se concederá nova licença antes de decorrido igual período do término da anterior.

Parágrafo 4º - A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do profissional do magistério ou no interesse do serviço, por ato da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo 5º - O tempo dessa licença não será contado para qualquer efeito.

CAPITULO - VII
DAS AUSENCIAS FACULTADAS

Art. 83 - O Município deverá promover, através de cursos, treinamentos e estágios, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização do profissional do magistério, visando a melhoria da sua formação profissional e da qualidade do ensino.

Parágrafo Unico - Os cursos, treinamentos e estágios deverão ter carga horária mínima de 40 (quarenta) horas e a respectiva avaliação.

Art. 84 - Cabe a Secretaria Municipal de Educação elaborar os planos de aperfeiçoamento do magistério, que poderão ser realizados diretamente ou através de convênios com Universidades e outras instituições autorizadas ou reconhecidas pelo Conselho de Educação competente.

Parágrafo Unico - Os cursos a que se refere o artigo anterior serão realizados, preferencialmente, no Município, para atender necessidades de vários setores da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 85 - Convocado pela Secretaria Municipal de Educação, para participar de atividades previstas no artigo 84, o profissional do magistério terá direito, nos termos da lei:

I - dispensa do trabalho no período correspondente as atividades da convocação;

II - percepção plena de seus vencimentos e vantagens;

III - suplementação financeira, quando exigido deslocamento para outro município ou da zona rural para a zona urbana do mesmo município.

Art. 86 - O profissional do magistério terá direito a bolsa de estudos quando for selecionado para cursos de pós-graduação, mestrado ou doutorado.

Parágrafo 1º - A licença para aprimoramento profissional, de que trata este artigo, será concedida pela Secretaria Municipal de Educação, sem prejuízo da remuneração..

Parágrafo 2º - O profissional do magistério beneficiário da bolsa de estudo ou de qualquer outro benefício para fazer cursos previstos neste artigo, firmará compromisso escrito e fica obrigado, quando de seu término, a prestar serviços à Secretaria Municipal de Educação, dentro da área de especialização, por um prazo mínimo de 02 (dois) anos.

Art. 87 - Ao profissional do magistério será concedida licença para participar de congresso, simpósio ou reunião, mediante requerimento fundamento e parecer favorável do Secretário de Educação Municipal , quando para dentro do país,e , do Chefe do Executivo Municipal para fora do país.

Art. 88 - Sem qualquer prejuízo, poderá o profissional do magistério ausentar-se do serviço:

I - por 01 (um) dia, para doação de sangue;

II - por 02 (dois) dias, para alistar-se como eleitor;

III - por 08 (oito) dias consecutivos em razão de :

a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pai ou padastro, mãe ou madastra, filhos, enteados, menor sob sua guarda e tutela e irmãos.

CAPITULO - VIII
DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 89 - A carga horária do professor será fixada em vinte, trinta e/ ou quarenta horas semanais de trabalho na unidade escolar.

Parágrafo Unico - O professor de 5ª a 8ª série do ensino fundamental ou do ensino médio, terá 30% (trinta por cento) de sua carga horária a título de hora-atividade.

Art. 90 - A jornada de trabalho do professor que atua no pré-escolar, da primeira a quarta série do ensino fundamental e no ensino especial, será de quarenta horas semanais, das quais vinte e cinco em regência de classe e quinze em hora-atividade.

Parágrafo 1º - A hora-atividade é a reserva de tempo de carga-horária, de que disporá o professor para, prioritariamente, participar de reuniões pedagógicas, trabalhos de planejamento das tarefas docentes, assitência e atendimento individual aos alunos, pais ou responsáveis.

Parágrafo 2º - A hora-atividade deverá ser exercida na unidade escolar e deve ser distribuida de forma a garantir a integração entre os docentes da mesma área.

Art. 91 - O professor especialista de educação terá uma jornada de trabalho de quarenta horas semanais.

Parágrafo Unico - O profissional do magistério, de que trata este artigo, deverá permanecer na unidade escolar no mesmo período do professor.

CAPITULO - IX
DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 92 - A apuração do tempo de serviço será feita em dias, convertidos em anos, sempre se considerando o ano como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

CAPITULO - X
DA DISPONIBILIDADE

Art. 93 - O profissional do magistério será aposentado:

I - por invalidez permanente, com proventos integrais quando decorre de:

a) acidente em serviço;

b) moléstia profissional;

c) tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia, cegueira, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, síndrome de imunodeficiência adquirida - AIDS e outras que a Lei considerar com base na medicina especializada, como doenças graves, contagiosas ou incuráveis.

Parágrafo 1º - A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente de vinte e quatro meses.

Parágrafo 2º - Expirado o prazo de licença e não estando em condições de reassumir o cargo, ou de ser readaptado, o profissional do magistério será aposentado:

I - por invalidez;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos equivalentes a um trinta avos por ano de serviço, em se tratando de porfissional do magistério do sexo masculino, ou a um vinte e cinco se feminino;

III - Voluntariamente, com proventos integrais aos trinta anos de efetivo serviço em função de magistério, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher.

IV - Voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta anos de idade, se mulher.

Art. 94 - O profissional do magistério que contar tempo de serviço para aposentadora com proventos integrais será aposentado:

I - Com a remuneração de referência da classe imediatamente superior àquela em que se encontrar posicionada;

II - Quando ocupante da última classe de carreira, com a remuneração da última referência correspondente.

Art. 95 - A aposentadoria compulsória será automática, e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade limite de permanência no serviço ativo.

Art. 96 - A aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data de publicação do respectivo ato.

Parágrafo 1º - A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a vinte e quatro meses.

Parágrafo 2º - Expirado o período de licença e não estando em condições de assumir o cargo ou de ser readaptado, o profissional do magistério será aposentado.

Parágrafo 3º - O lapso de tempo compreendido entre o término da licença e a publicação do ato da aposentadoria será considerado como de prorrogação da licença.

Art. 97 - O profissional do magistério que tiver exercido cargo comissionado ou função de confiança por período de 5 (cinco) anos consecutivos, ou por 10 (dez) anos intercalados, poderá aposentar-se com a gratificação da função ou remuneração do cargo em comissão de maior valor, desde que exercido por um período mínimo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Único - Quando o exercício da função ou cargo em comissão de maior valor corresponder ao período de 02 (dois) anos será incorporado a gratificação ou remuneração da função ou cargo imediatamente inferior dentre os exercidos.

Art. 98 - O cálculo dos proventos de aposentadoria levará em conta a remuneração do cargo e terá por base a média da jornada de trabalho dos últimos 12 (doze) meses.

Parágrafo 1º - Os proventos de aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data em que se modificarem os vencimentos dos profissionais do magistério em atividade.

Parágrafo 2º - Serão estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos ao profissional do magistério em atividade, mesmo quando decorrentes de transformaçao ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 99 - Requerida a aposentadoria por tempo de serviço, o profissional do magistério poderá se afastar imediatamente, de suas atividades funcionais independente de homologação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal..

CAPITULO - XI
DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 100 - é assegurado ao profissional do magistério requerer ou representar, pedir reconsideração e recorrer.

Parágrafo 1º - O requerimento é cabível para defesa de direito e interesse legítimo do profissional do magistério, perante a autoridade e que couber assegurar-lhe proteção.

Parágrafo 2º - No exercício da representação, o profissional do magistério tem direito de denunciar qualquer ilegalidade, abuso de autoridade ou de poder.

Art. 101 - O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a decisão.

Parágrafo Único -O pedido de reconsideração não poderá ser renovado e deverá ser decidido no prazo máximo de vinte dias.

Art. 102 - Caberá recursos:

I - quando o pedido de reconsideração for indeferido ou não decidido no prazo legal;

II - das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

Parágrafo 1º - O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tenha expedido o ato ou proferido a decisão, ou deixado de profere-la no prazo legal, e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

Parágrafo 2º - A autoridade recorrida poderá reconsiderar a decisão ou submeter efeito, devidamente instruído à apreciação da autoridade superior no prazo de quarenta e oito horas.

Parágrafo 3º - É de trinta dias, o prazo para a interposição de pedido de reconsideração ou recurso, contado da publicação ou ciência da decisão recorrida.

Art. 103 - O pedido de reconsideração e o recurso não terão efeito suspensivo, o que for provido retroagirá, nos efeitos, à data do ato impugnado.

Art. 104 - Prescreverá o direito de pleitear na esfera administrativa:

I - em cinco anos, quando;

a) aos atos de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e aos referentes a matéria patrimonial;

b) aos créditos resultantes das relações de trabalho;

II - em cento e vinte dias, nos demais casos se outro prazo não estiver estabelecido em Lei.

Parágrafo 1º - O prazo de prescrição contar-se-á da publicação oficial do ato ou efetiva ciência do interessado, com prevalência do que primeiro ocorrer.

Parágrafo 2º - O pedido de reconsideração e o recurso interrompem a prescrição até 02 (duas) vezes.

Parágrafo 3º - Interrompida a prescrição, o prazo recomeçará e correr pelo restante, desde que não inferior à metade do prazo original, no dia em que cessar a interrupção..

Art. 105 - O direito de petição poderá ser exercido pessoalmente ou por procurador, desde que regularmente constituído.

Parágrafo Único - Ao profissional do magistério ou ao seu procurador é assegurado vista dos documentos ou do processo em todas as suas fases.

CAPITULO - XII
DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA

Art. 106 - A pensão aos beneficiários do profissional do magistério, aposentado ou falecido, corresponderá à totalidade da remuneração dos respectivos cargos ou proventos e será sempre revista na mesma proporção e na mesma data, ao se modificarem o vencimento ou a remuneração do profissional do magistério na atividade.

TITULO - IV
DOS DEVERES E PROIBIÇOES

CAPITULO - I
DOS DEVERES

Art. 107 - A relevância social de suas atribuições impõe ao profissional do magistério o dever de manter sua conduta moral e funcional compatível, para que o processo educacional se desenvolva adequadamente.

Art. 108 - Em razão do artigo anterior, além das obrigações previstas em outras normas, são deveres do profissional do magistério:

I - conhecer e respeitar as normas legais e regulamentares;

II - preservar princípios, ideais e finalidade da educação brasileira, através de seu desempenho profissional;

III - empenhar-se pela educação integral de seus alunos, utilizando processos que acompanhem o progresso científico da educação;

IV - participar de todas as atividades educacionais inerentes à sua função;

V - frequentar cursos legalmente constituídos com vista a sua formação, especialização aperfeiçoamento e atualização;

VI - aplicar os processos de ensino-aprendizagem que lhe forem transmitidos, visando o desenvolvimento do senso crítico, da criatividade e à formação para o trabalho;

VII - comparecer ao local de trabalho com assiduidade pontualidade;

VIII - estimular a participação, diálogo e a cooperação entre enducandos, educadores e comunidade, visando a construção de uma sociedade mais justa;

IX - respeitar os preceitos éticos do magistério;

X - desenvolver trabalhos e dar sujestões que visem à melhoria do sistema de ensino;

XI - participar do processo de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares, bem como de conselhos e reuniões pedagógicas;

XII - zelar pelo fiel cumprimento das normas definidas neste estatuto.

CAPITULO - II
DAS PROIBIÇÕES

Art. 109 - É vedado ao profissional do magistério:

I - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso, em informação, requerimento, parecer ou despacho, às autoridades, e funcionários usuários, assim como atos de administração pública, podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-los do pondo de vista doutrinário ou da organização do serviço;

II - valer-se do cargo para lograr direta ou indiretamente proveito pessoal indevido ou ilícito, em detrimento da dignidade da função;

III - a coação e o aliciamento de subordinados ou alunos com objetivo político-partidário;

IV - incumbir a outrem o desempenho der encargos que lhe competir;

V - ministrar aulas particulares e remuneradas aos alunos de turmas sob sua regência;

VI - exceder-se na aplicação dos meios disciplinares de sua competência;

VII - negar informações sobre funcionário em estágio probatório;

VIII - deixar de comparecer ou chegar atrasado ao serviço sem justa causa;

IX - promover manifestações de desapreço, ou de caráter político-partidário, dentro da repartição ou unidade escolar, ou solidarizar-se com elas;

X - retardar andamento de processo de terceiros;

XI - desrespeitar ou adiar o cumprimento de ordem ou decisão judicial;

XII - ingerir bebida alcoólica no local e horário de trabalho;

XIII - lesar os cofres públicos;

XIV - impedir que os alunos participem de atividades escolares em razão de qualquer carência material;

XV - desrespeitar os direitos assegurados à criança e ao adolescente em seu estatutos próprio ou deixar de comunicar à autoridade competente maus tratos que os mesmos venham sofrendo.

CAPITULO - III
DAS PENALIDADES

Art. 110 - São penas disciplinares:

I - advertência;

II - repreensão;

III - suspensão;

IV - destituição de cargo ou função;

V - demissão;

VI - cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Art. 111 - Na aplicação das penas disciplinares serão consideradas a natureza, a gravidade da infração, os danos que dela provierem para o ensino e para o serviço público e a reincidência.

Art. 112 - A autoridade que tiver conhecimento de falta praticada por profissional do magistério sob sua subordinação, e sendo a transgressão passível de advertência ou repreensão, deverá, ele próprio, julgar o infrator. Se a aplicação da pena não for de sua competência, recorrerá, de imediato, fundamentalmente, à autoridade a quem competir o julgamento.

Art. 113 - São cabíveis as penas disciplinares:

I - de advertência, aplicada verbalmente em caso de negligência;

II - de repreensão, aplicada por escrito, destinada a punir faltas que sejam consideradas de natureza leve;

III - de suspensão, até noventa dias, aplicada no caso de faltas graves, ou reincidência que tenha resultado em pena de repreensão;

IV - destituição de função, aplicada por motivo de falta de exação no cumprimento do dever;

V - de abandono de cargo:

a) abandono de cargo;

b) crime contra a administração pública;

c) uncontinência pública e conduta escandalosa;

d) insubordinação grave em serviço;

e) lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio Municipal;

f) ofensa física em serviço, contra qualquer pessoa, salvo em legítima defesa ou de outrem;

g) aplicação irregular de dinheiro público;

h) revelação de segredos, apropriado em razão de cargo;

i) corrupção;

j) acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas e de proventos de aposentadoria;

l) sentença judicial transitada em julgado, mediante processo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Parágrafo Único - Configura abandona de cargo a falta ao serviço sem causa justificada, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou 45 (quarenta e cinco) dias intercalados.

Art. 114 - A aplicação de penas de suspensão ou demissão dependerá de apuração de falta em processo administrativo, assegurada ao profissional do magistério ampla defesa.

Parágrafo Único - O profissional do magistério perderá todas as vantagens decorrentes do exercício de seu cargo.

Art. 115 - As penas impostas deverão constar do assentamento individual do profissional do magistério, salvo as de advertência e repreensão.

Art. 116 - Decorridos três anos, as penas de repreensão serão canceladas; depois de cinco anos, as de suspensão, desde que, durante este período, o profissional do magistério não tenha cometido nenhuma outra infração disciplinar. O cancelamento não terá efeito retroativo, ressalvada a contagem dos dias da suspensão cancelada, para aposentadoria e disponibilidade.

Art. 117 - Será cassada a aposentadoria e disponibilidade se ficar comprovado em processo administrativo, com ampla defesa do acusado, que o profissional do magistério tenha praticado, na ativa, falta punível com a demissão.

Parágrafo Único - A cassação inpedirá ao profissional do magistério nova investidura em cargo público.

Art. 118 - O ato de aplicação de penalidades mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 119 - Cessará o impedimento de que trata o parágrafo único do artigo 117, se declarada a reabilitação do punido em revisão de processo disciplinar ou judicial.

Art. 120 - A pena disciplinar prescreverá:

I - em cinco anos, quando às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria e disponibilidade;

II - em um ano, quando às infrações puníveis por mais de trinta dias ou com destituição de cargo função comissionada;

III - em cento e vinte dias, quando às transgressões puníveis com as penas de suspensão por até trinta dias ou de repreensão;

Parágrafo 1º - O prazo de prescrição começa a correr da data em que o ilícito foi praticado, exceto para a cassação de aposentadoria ou disponibilidade, caso em que o marco inicial é a data da ciência, pela autoridade competente, do ato ou fato sujeito a punição.

Parágrafo 2º - Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime, ressalvado o abandono de cargo.

Parágrafo 3º - A abertura de sindicância ou a instauração de procedimento disciplinar interrompe a prescrição..

Parágrafo 4º - Interrompido o curso de prescrição, este recomeçará a correr pelo prazo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção.

Art. 121 - As penas disciplinares serão aplicadas:

I - pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, em qualquer dos casos previstos no artigo 113;

II - pelo secretário Municipal de Educação, ou por delegação deste aos dirigentes das unidades administrativas e escolares, nos casos enumerados nos ítens I a III do artigo 113;

III - a pena de destituição de cargo ou de função comissionada, somente poderá ser aplicada pela autoridade quem houver designado o profissional do magistério.

CAPITULO - IV
DO PROCESSO DISCIPLINAR E DA REVISÃO

SEÇÃO - I
DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 122 - A autoridade que tiver ciência de irregularidade em setor do ensino público é obrigado a comunicá-la, de imediato, ao Secretário Municipal de educação, para que seja instaurado procedimento disciplinar, assegurando-se ao acusado ampla defesa.

Art. 123 - Sempre que a falta ou ilícito praticado pelo profissional do magistério resultar em imposição de pena de suspensão por mais de trinta dias, de demissão, cassação de aposentadoria e disponibilidade, ou de destituição de cargo ou função comissionada será obrigatória a instauração de procedimento disciplinar, ressalvada a hipótese de penalidade estipulada em sentença judicial.

Art. 124 - O procedimento disciplinar será realizado por uma comissão de três funcionários, designados pelo Secretário Municipal de educação, que escolherá dentre os seus membros o presidente, cabendo a este designar o Secretário da comissão.

Art. 125 - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral ao processo disciplinar, ficando os seus membros dispensados dos serviços normais de sua competência, até a entrega do relatório final.

Art. 126 - O procedimento disciplinar deverá ser iniciado em cinco dias, contados a partir do ato que constituir a comissão, e relatado no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por mais 60 (sessenta) dias, a requerimento do Presidente da Comissão.

Art. 127 - No decorrer do inquérito, a comissão tomará todas as medidas necessárias, recorrendo, quando indispensável, a técnicos e peritos com vistas à completa elucidação dos fatos.

Art. 128 - é assegurado ao profissional do magistério o direito de acompanhar o processos, pessoalmente ou por intermédio de procurador, de arrolar, inquirir, e reinquirir testemunhas, de produzir provas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

Art., 129 - Após o interrogatório, o indiciado terá um prazo de três dias, para que possa requerer à produção de provas que considere de seu interesse.

Parágrafo 1º - Achando-se o indiciado em local incerto e não sabido, será citado por edital, no diário Oficial do Município, na falta deste, no Diário Oficial do Estado, ou em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, por três vezes, estabelecendo-se quinze dias de prazo contados da última publicação, para a produção de defesa.

Parágrafo 2º - Havendo doi ou mais indiciados, o prazo será de 20 (vinte) dias, comum a todos.

Art. 130 - Nas primeiras quarenta e oito horas de prazo destinados à defesa, poderá o indiciado requerer quaisquer providências, que serão aceitas, se não tiverem finalidade meramente protelatória.

Parágrafo Único - Neste caso, o prazo de defesa será de oito dias, se apenas um indiciado, e de dezoito dias, se mais de um indiciado, começando a correr do dia da conclusão das providências.

Art. 131 - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

Parágrafo 1º - A revelia será declarada por termo nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

Parágrafo 2º - Para defender o indiciado, a comissão nomeará defensor dativo para o acusado e realizará a audiência.

Parágrafo 3º - Concluída a instrução do processo, as partes terão vistas dos autos pelo prazo de três dias, na própria sede dos trabalhos da comissão. Terminado esse prazo, abrir-se-á um segundo, de cinco dias, para as alegações finais da acusação e da defesa.

Art. 132 - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório circunstanciado, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar sua convicção.

Parágrafo 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do profissional do magistério e indicando, neste último caso, a penalidade que couber ou as medidas que entender adequadas.

Parágrafo 2º - Deverá ainda a comissão em seu relatório sugerir quaisquer outras providências que lhe pareçam do interesse do Serviço Público.

Art. 133 - O processo disciplinar, com as condições e recomendações da comissão, será remetido ao Secretário Municipal de Educação.

Art. 134 - No prazo de trinta dias contados do recebimento do processo, o Secretário Municipal de Educação, proferirá a sua decisão.

Parágrafo 1º - O Secretário Municipal de Educação poderá solicitar parecer de qualquer órgão ou Servidor sobre processo, desde que o julgamento seja proferido no prazo legal.

Parágrafo 2º - O julgamento deverá ser fundamentado, absolvendo ou determinando a penalidade do indicado.

Art. 135 - O profissional do magistério que responde a processo disciplinar só poderá ser exonerado do cargo, dispensado, aposentado voluntariamente, obter licença-prêmio, afastar-se para tratar de interesse particular, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, caso aplicada.

Art. 136 - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração de ação penal competente.

Art. 137 - No caso de abandono de cargo ou função aplicam-se, sempre que couberem, as disposições dos artigos 123 e 126.

SEÇÃO - II
DA REVISÃO

Art. 138 - O processo disciplinar poderá ser revisto a qualquer tempo, desde que se produzam fatos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

Parágrafo 1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do profissional do magistério, qualquer pessoa da família, até o segundo grau civil, poderá requerer a revisão do processo.

Parágrafo 2º - No caso de incapacidade mental do profissional do magistério, a revisão do processo será requerida pelo respectivo curador.

Art. 139 - O requerimento será dirigido à mesma autoridade que houver imposto a pena disciplinar.

Art. 140 - Recebido o requerimento, a autoridade competente providenciará a constituição de comissão na forma prevista no artigo 124 desta Lei.

Parágrafo Único - Não poderá integrar a nova comissão nenhum dos membros que tenha participado do procedimento disciplinar originário.

Art. 141 - A revisão correrá em apenso ao processos originário.

Parágrafo 1º - Na petição inicial, o requerente fará uma exposição dos fatos e circunstâncias capazes de modificar o julgamento e pedirá dia e hora para inquirição das testemunhas que arrolar .

Parágrafo 2º - Até a véspera da conclusão do relatório, poderá o requerente apresentar documentos que lhe pareçam úteis ao deferimento de seu pedido.

Art. 142 - A comissão revisora terá sessenta dias para a conclusão dos trabalhos, permitida a prorrogação, a critério da autoridade a que se refere o artigo 122 desta Lei, por mais de trinta dias, e remetendo-lhe, a seguir, o processo com o relatório.

Art. 143 - O julgamento caberá:

I - Ao Chefe do Poder Executivo Municipal, quando do processo revisto houver resultado pena de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

II - Ao Secretário Municipal de Educação, quando houver resultado pena de suspensão ou de repreensão..

Art. 144 - O prazo para julgamento de pedido revisório será de quarenta dias., podendo antes a autoridade determinar diligência, concluídas as quais proferirá a decisão dentro de quinze dias.

Art. 145 -Julgada procedente a revisão do processo disciplinar, tornar-se-á sem efeito a penalidade imposta, restabelecendo-se todos os direitos por ela atingidos.

TITULO - V

DA ADMINISTRAÇAO ESCOLAR

Art. 146 - Compete ao Secretário Municipal de Educação, orientar, coordenar e supervisionar todas as atividades educacionais do Município.

Art. 147 - A função de Diretor, e Vice-diretor de unidade escolar, será provida por ato do Secretário Municipal de Educação, mediante eleição direta e secreta na forma de regulamentação.

Parágrafo Unico - A regulamentação estabelecerá critério e condições de elegibilidade, entre os quais:

I - que o candidato seja profissional do magistério do Quadro Permanente e com experiência mínima de três anos de efetivo exercício na unidade escolar;

II - mandato de três anos, permitida e reeleição uma única vez;

Art. 148 - Os cargos e as funções comissionadas das unidades escolares e das Delegacias de Ensino não poderão ser exercidas por profissionais do magistério sem habilitação específica, conforme Lei Federal Nº 5.692/71.

Parágrafo Unico - Na ausência de professor especialista de educação, os cargos a que se refere este artigo poderão ser assumidos por professores com experiência não inferior a três anos de magistério.

Art. 149 - O Secretário de Unidade escolar deve ser detentor do cargo de professor, com experiência mínima de dois anos na própria unidade escolar, indicado pelo diretor e designado pelo Secretário Municipal de Educação.

TITULO - VI
DO CONSELHO DO MAGISTÉRIO

Art. 150 - O conselho do magistério, órgão de natureza deliberativa, eleito anualmente no primeiro mês letivo.

Parágrafo 1º - O conselho do Magistério, terá no mínimo dez e no máximo vinte componentes, fixados proporcionalmente à quantidade de módulos de cada unidade escolar.

Parágrafo 2º - A composição a que se refere o parágrafo anterior obedecerá a seguinte proporcionalidade:

I - 30% (trinta por cento) de docentes;

II - 10% (dez por cento) de especialistas de educação, exceto o diretor da unidade escolar;

III - 10% (dez por cento) dos servidores administrativos;

IV - 20% (vinte por cento) de pais de alunos;

V - 30% (trinta por cento) de alunos.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho do Magistério serão escolhidos entre os integrantes de sua categoria, mediante processo eletivo.

Parágrafo 4º - Compete ao Conselho do Magistério deliberar sobre:

I - diretrizes e metas da unidade escolar;

II - alternativas que visem solucionar os problemas de natureza administrativa e pedagógica;

III - alternativas de que visem proporcionar uma ação integradora da escola-família-comunidade;

IV - projetos de atendimento psico-pedagógico ao aluno;

V - prioridade para aplicação de recursos na escola;

VI - regimento escolar, observadas as normas do Conselho Estadual de Educação.

Parágrafo 5º - O Conselho do Magistério deverá reunir-se, ordinariamente, duas vezes por semestre e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou diretor da escola ou por proposta de, no mínimo, um terço de seus membros.

Parágrafo 6º - As deliberações do Conselho constarão sempre em ata.

TITULO - VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 151 - O provimento nos cargos de professor especialista de educação, do Quadro Permanente do Magistério - QPM, será realizado por transferência dos atuais professores, a pedido do interessado.

Parágrafo Unico - A transferência do cargo de professor para o de professor especialista de educação, ou vice-versa, poderá ser feita em qualquer época, desde que o interessado comprove habilitação específica para desempenho do respectivo cargo, e desde que haja vaga.

Art. 152 - O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, deverá desenvolver programas especiais de recuperação para professores sem formação prescrita na Lei Federal 5.692/71, a fim de que possa atingir, qualificação exigida.

Parágrafo Unico - Os programas a que se refere este artigo contemplarão, prioritariamente, a qualificação dos professores da primeira fase do ensino fundamental.

Art. 153 - Os ocupantes das funções de diretor e vice-diretor deverão retornar à regência de classe, tão logo concluído seus mandatos.

Art. 154 - Fica estabelecido o mês de março, como data-base para a categoria dos profissionais do magistério.

Art. 155 - Após a aquisição da habilitação específica e desde que efetivos e estáveis, o ocupante do Quadro Transitório, ingressará, automaticamente, no Quadro Permanente, sendo-lhe contado, para efeito de posicionamento nas referências, o tempo de serviço prestado como profissional de magistério.

Art. 156 - O quantitativo atualmente existente de profissionais do Quadro Permanente e Transitório da Secretaria Municipal de Educação, é constante do anexo II desta Lei.

Art. 157 - Ficam criados no Quadro da Secretaria Municipal de Educação, os cargos selecionados no anexo III, com os respectivos estabelecidos no anexo I desta Lei.

SEÇAO - II
DAS DISPOSIÇOES TRASITORIAS

Art. 158 - Fica assegurado ao profissional do magistério remanescente do Município de CRISTALÂNDIA, concursado, estável e que fez opção pelo Serviço Público do Município de LAGOA DA CONFUSÃO, o ingresso no Quadro de Carreira de que trata esta Lei, observando o tempo de serviço e a habilitação específica para efeito de posicionamento nas classes de "A" a "J".

Art. 159 - Aos cursos de aprimoramento de que trata o parágrafo 1º do artigo 48, realizados até entrada em vigor desta Lei, não se exigirá a avaliação prevista no parágrafo 2º desse artigo.

Art. 160 - A mudança de jornada de trabalho do profissional do magistério, em virtude da incorporação da hora-atividade, deverá ocorrer até 60 (sessenta) dias após a aprovação desta Lei.

Art. 161 - O Poder Executivo Municipal estabelecerá, no prazo máximo de 6 meses a Política Salarial para os profissionais do magistério, onde fica assegurado critérios periódicos de reajustamento de sua remuneração.

Art. 162 - Os vencimentos dos professores do Quadro Transitório serão fixados em correspondência aos dos professores do Quadro Permanente, nos seguintes percentuais:

I - Professor assistente "A", correspondente a 60% (sessenta por cento) do professor Nível I, Referência 1;

II - Professor assistente "B", correspondente a 70% (setenta por cento) do professor Nível I, Referência 2;

III - Professor assistente "C", correspondente a 85% (oitenta e cinco por cento) do professor Nível I, Referência 3;

IV - Professor assistente "D", correspondente a 100% (cem por cento) do professor Nível II, Referência 4.

Art. 163 - Os valores de vencimento estabelecidos no anexo - I deste Lei são considerados para o mês de SETEMBRO de 1995.

Art. 164 - O Chefe do Poder Executivo Municipal encaminhará à Câmara Municipal, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Lei dispondo sobre os cargos e funções comissionados de livre nomeação, observada a preferência estabelecida no artigo 9, item V, da Constituição Estadual.

Art. 165 - Esta Lei entrará em vigor a partir de sua data de publicação.

Art. 166 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Mu. pal de LAGOA DA CONFUSÃO DO TOCANTINS - TO, em 21 de Setembro de 199 5, 172º da independência, 105º da República, 5º do Estado do Tocantins e 3º ano(s) do Município de LAGOA DA CONFUSÃO - TO.

ASSIS FRANCISCO CHEFER
Prefeito